

PLANEJAMENTO BIBLIOTECÁRIO NOS ESTADOS UNIDOS (*)

Lester ASHEIM, Professor do Library School Dept. University of North Carolina.

Atualmente, desenvolve-se nos Estados Unidos um número variado de planos a nível nacional, porém não se pode referir a nenhum deles como *um* Plano Nacional, devido à natural resistência americana à centralização e ao controle externo. O Plano Far- mington, agora sendo substituído pelo Programa Nacional de Aquisição e Catalogação de Library of Congress, o sistema MARC são exemplos da espontaneidade de cooperação que levou um grupo de bibliotecas a se formarem em redes voluntárias e flexíveis. A Comissão Nacional de Biblioteca e Ciência de Informação (NCLIS) responsável pela recomendação de planos para uma política nacional é o que mais se aproxima de um esquema de planejamento nacional. Sistemas como o Ohio College Center (OCLC), Library Data Management System da Universidade de Chicago, o Bibliographic Automation of Large Operation using Time Sharing Systems (BALLOTS), o Washington Library Network (WLN), o New England Library Network (NELINET), e o Southern Library Network (SOLINET) são alguns dos sistemas que cresceram de projetos estaduais e hoje operam em base bem mais amplas.

Não me considero como um especialista em Sistemas de Informação nem como um administrador da operação de redes. Minha presença ante vocês nesta noite, é simplesmente o resultado de um incidente do tempo que me trouxe a Brasília ao mesmo tempo da realização do Seminário sobre Planejamento de Redes de Informação e Documentação. Prof. Miranda considerou ser de algum interesse aproveitar a presença de um bibliotecário americano para dar uma rápida visão de nossa experiência, porém o meu ponto de vista é o de um estudioso de biblioteconomia comparada mais do que o de um cientista da informação. Eu estou interessado nas forças e condições que moldam os diferentes procedimentos e práticas nos diferentes países, e é partindo desta perspectiva que eu falarei esta noite sobre o tópico que me foi pedido. *Planejamento Bibliotecário nos Estados Unidos*.

É difícil dizer se esta é uma tarefa muito fácil ou muito difícil, porque *estritamente falando*, não há um plano bibliotecário nacional nos Estados Unidos. Se eu quisesse torná-lo fácil, bastaria dizer que já terminei meu relato.

Eu digo que não há um plano nacional, porém, nos Estados Unidos, nós temos um número variado de planos a nível nacional, algumas vezes compatíveis, algumas vezes em desacordo, usualmente em competição; a situação tem sido descrita como “um incompreensível labirinto de serviços nacionais em superposição, duplicação, competição e ainda relativamente cooperativos”. Suponho que a supervisão e o controle governamentais não são requisitos absolutos para o conceito de um plano nacional e que a centralização e o poder de uma unidade governamental difere em tradições políticas distintas. Porém, se nós aceitarmos o requisito colocado por Penna, Foscett e Sewell em seu livro *National Library and Information Services* de que “o primeiro requisito para um plano nacional de bibliotecas e sistemas de informação é que ele deve incluir uma decisão política, feita pelo governo, sobre o desenvolvimento global” e aue “este deve claramente indicar os

(*) Palestra proferida no Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Brasília, em julho de 1979 Tradução de Maria Carmem Romcy de Carvalho.

LESTER ASHEIM

objetivos, as prioridades básicas e as bases financeiras que o governo estabeleceu para as bibliotecas e sistemas de informação”, então não há plano nacional (assim definido) nos Estados Unidos.

Por outro lado, muitos planos em andamento nos Estados Unidos, e não um plano oficial como tal, e muitos desses planos poderão ou irão resultar num melhor controle bibliográfico com implicações e aplicações de âmbito nacional. Os Estados Unidos vêm desenvolvendo valiosos serviços, sistemas e redes que servem a algumas das propostas que planos nacionais mais formais estão designados a alcançar. Nosso desejo é de engajar-nos no planejamento nacional, até quando ele não seja escrito com letras maiúsculas. Porém, nossa resistência a Um Plano Nacional (com maiúsculo), reflete certas tradições e abordagens que advêm da nossa história. Primeiramente, eu vou fazer uma descrição factual, pois será útil tentar identificar o caráter peculiar da experiência americana que afeta nosso, algumas vezes, estranho comportamento profissional.

Eu não sou historiador, portanto prometo a vocês somente uma visão superficial das forças históricas que moldaram nosso caráter, porém deixe-me sumarizar algumas generalizações de um “não expert”. Primeiro, devemos lembrar do tempo e das circunstâncias que circundavam a criação de uma nação independente das colônias britânicas na América do Norte. A nossa não foi a única revolução política nos fins do século XVIII. Aquele era o período filosófico do Romantismo, quando pensadores como Locke, Rousseau e Voltaire, por exemplo, estavam falando dos direitos do homem, urgindo liberdade de expressão e consciência, pregando os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. É importante lembrar, que os revolucionários americanos realmente acreditavam nestes preceitos. A Constituição dos Estados Unidos começa com a confiante afirmação: “We hold these truths to be *self-evident*, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain inalienable rights, and that among these are: Life, Liberty and the Pursuit of Happiness’.

Naquela época, as pessoas usavam a sua linguagem com cuidado e precisão. “Auto-evidência” e “direitos inalienáveis” não são apenas expressões ditas num repente, elas foram escolhidas cuidadosamente para levar um significado particular. Neste espírito, então a curiosa expressão “Pursuit of Happiness” — em busca da felicidade — é um conceito propositalmente, sem limites. A promessa não é um estado perfeito, planejado, administrado por aqueles que sabem o que é o melhor para o país ou para você, mas o direito de cada indivíduo definir a felicidade por si próprio e tentar alcançá-la. A busca da felicidade é tudo o que a Constituição ousa garantir, não o seu alcance; esta responsabilidade está no indivíduo, não no Estado.

Este não é o momento para argüir a validade ou a verdade de tal conceito. Meu único ponto é que eles profundamente acreditavam nele, e então o transmitiram como sua herança às gerações americanas que se sucederam. Tais forças intangíveis e imensuráveis podem afetar atitudes com tanta intensidade, e talvez até de modo mais efetivo do que muitos fatores prática e cientificamente testados.

Dentro deste clima intelectual, os colonos estavam mais particularmente preocupados com aquilo que eles interpretavam ser uma interferência excessiva - do governo - nos direitos das pessoas. Portanto, quando nossa independência foi ganha, a maior ênfase em nossa nova Constituição e nas dez primeiras emendas (chamada Bill of Rights) estavam no controle do poder do governo. Em todos os nossos documentos políticos básicos, nota-se a pressão sobre as limitações a serem impostas sobre as agências governamentais e sobre o sistema através do qual as pessoas controlarão o governo, ao invés do outro modo. “Governo do povo, pelo povo e para o povo” é o tipo de proposição de grande força emocional para os americanos. Esta ênfase nos direitos individuais se desenvolveu em todas as áreas de cunho social, e mais particularmente na área de Educação e no período romântico foi vista como a única melhor esperança para a preservação daquelas liberdades, que nós tínhamos escrito em nossa definição particular de democracia; uma palavra que possui muitas definições e manifestações, a qual a definição

PLANEJAMENTO BIBLIOTÉCARIO NOS ESTADOS UNIDOS

americana é só uma. Porém, devido a termos começado com aquele preconceito, a resistência à centralização e ao controle externo, são partes de nossa herança, tanto quanto nossa insistência em autonomia local e individual. E uma vez que bibliotecas são instituições educacionais, o conceito de um Plano Nacional para Bibliotecas com suas conotações de controle centralizado, é suspeito desde seu início.

Eu espero não estar repisando muito nesta perspectiva histórica, mas considero impossível subestimar o poder emocional e sentimental desse ideal. Ele colabora para a estranha união na prática americana, da nossa ousada devoção por rapidez, eficiência e o Pro- testant Work Ethic de um lado, e de outro a insistência em verificações e balanços e uma interminável discussão a qual inibe o processo mais do que promove rapidez e eficiência. Democracia absoluta é muito mais complicada e morosa que o processo de decisão unilateral, se assim me explico exagerando.

Bem, isto é uma descrição altamente simplificada da atmosfera, na qual os passos para um plano nacional, de qualquer tipo, (não só em Biblioteconomia) devem ser tomados como resultado, onde aventuras operativas têm sido estabelecidas em número considerável. Elas tendem a iniciar-se da base e trabalharem em direção ao topo, ao invés de infiltrar-se de cima para baixo. Os americanos não são contrários aos benefícios do sistema, e eles têm planejado muitos tipos diferentes de sistemas de bibliotecas durante anos. Porém, um bom exemplo de como a abordagem americana funciona é o modo pelo qual chegamos à biblioteca pública mantida pelo povo. Ela cresceu da biblioteca por subscrição que Benjamin Franklin copiou dos ingleses; um esquema através do qual um grupo de pessoas concordavam entre si que se cada um contribuísse para um fundo central, eles poderiam comprar livros e compartilhá-los, portanto obtendo mais do seu dinheiro ao fazê-lo em conjunto, do que se cada um comprasse seus próprios livros separadamente. A biblioteca mantida por taxas é baseada no mesmo princípio: todos terão mais benefícios se cada um contribuir com um pouco, ao passo que, se apenas uns poucos contribuem com uma quantia razoavelmente grande, os benefícios serão parcelados apenas para aqueles poucos. Porém, mesmo quando este princípio foi escrito em lei, a peculiar abordagem americana prevalece: nossa legislação bibliotecária é estadual ou local, não federal, e as leis facultativas, não obrigatórias. Em outras palavras, um estado ou uma comunidade pode, seguindo a lei, votar taxas para financiar a criação e manutenção de serviços de bibliotecas públicas, porém, não é obrigado. Nós não temos leis nacionais que determinam que deve haver bibliotecas públicas, ou que deve haver uma em cada comunidade de determinado tamanho, ou que deve haver tantos volumes para cada dez, ou cinquenta ou cem pessoas. Existem, sim, diretrizes que recomendam padrões desta espécie, mas elas são promulgadas por bibliotecários ou educadores através de suas associações profissionais e não têm força de lei. Então, uma forte convicção, mesmo dentro da profissão bibliotecária, é que padrões são aceitáveis, mas padronização deve ser abordada com cautela. Nós temos, como vocês sabem, freqüentemente aceito padronizações — a ficha catalográfica 12,5 x 5,5 cm, formatos para entradas uniformes, certos sistemas de classificação, ou normas aprovadas de citação bibliográficas, mas nós podemos aceitá-las ou não. gumas delas têm provado serem tão úteis, que nós voluntariamente as temos escolhido,

LESTER ASHEIM

porém nós poderemos abandoná-las, quando sentirmos que as desvantagens superam os benefícios. Para a maioria dos americanos a maior desvantagem seria a perda da autonomia individual ou local.

A preocupação sobre o alcance de um equilíbrio apropriado entre auto-suficiência local e o uso de centrais de serviços não é limitada aos Estados Unidos, naturalmente. Muitos países têm introduzido meios para obter o melhor de ambos, compartilhando suportes financeiros nacionais e locais, e colocando o ideal: acesso-igual-para-todos como o objetivo principal. Eu não estou clamando que a preocupação americana é única, mas tão somente que ela é endêmica, e que ela, algumas vezes, explica nossa relutância em mover-nos em certas direções, que provaram ser sucessos e atitudes desejáveis em outros países.

Só recentemente que termos como “sistemas” ou “redes” têm sido vistos como dependentes de computadores ou aparatos tecnológicos. Como Wilfred Saunders, penso que redes são simplesmente um exemplo de compartilhamento de recursos. Assim é que o empréstimo-entre-bibliotecas começou, primeiro na Europa depois nos Estados Unidos, como um simples acordo entre bibliotecas que tinham interesses comuns. Isto cedo transcedeu as fronteiras nacionais, porém só recentemente é que empréstimo-entre-biblioteca ou privilégios bibliotecários recíprocos estão sendo explorados, através das linhas de diferentes tipos de bibliotecas para incluir bibliotecas especializadas, públicas e escolares, assim como bibliotecas de pesquisa ou bibliotecas acadêmicas, num sistema total de recursos. Inevitavelmente, quando um sistema toma-se mais complexo regulamentos adicionais, acordos e compromissos começam a surgir: uma hierarquia é estabelecida, como uma seqüência prescrita dos passos a cumprir, e em algum ponto o sistema toma-se grande o bastante e suficientemente abrangente para constituir-se numa espécie de plano nacional.

Planos e sistemas têm sido aceitos e seus valores reconhecidos — mesmo em nossa atmosfera geralmente relutante. Vocês estão familiarizados com tais abordagens como o plano de Farmington, no qual um grupo de bibliotecas especializadas líderes concordavam em tomar a responsabilidade para si de assegurar que pelo menos uma cópia de todo documento importante de qualquer parte do mundo, estivesse disponível em algum lugar nos Estados Unidos. Vocês estão alertas também para o fato de que este plano está agora sendo substituído por um programa mais centralizado de aquisição, catalogação e disseminação de dados catalográficos para todos os trabalhos correntes de pesquisa, o qual está centralizado na Biblioteca do Congresso e é chamado Programa Nacional de Aquisição e Catalogação (NPAC).

Enquanto isso o MARC (Catalogação Legível por Computador) vem sendo desenvolvido e expandido para incluir substancialmente a catalogação em todas as línguas e tem provado ser tão válido como método para padronizar rapidamente a descrição bibliográfica de materiais significantes, que tem sido adaptado e adotado internacionalmente tão bem quanto no próprio Estados Unidos. Esses progressos ilustram o modo quase invertido no qual os benefícios da centralização e planejamento nacional são introduzidos no cenário americano. Eles começam com um grupo limitado de bibliotecas independentes até provarem seu valor, quando então expandidos para incluir mais bibliotecas e cobrir mais materiais até que uma operação mais complexa e centralizada toma-se desejável; o local centralizado para tal operação em larga escala freqüentemente encontra uma conexão governamental que requer suporte federal, e nos encontramos com todas as características de um plano nacional, ou com uma grande e útil parte do que seria um plano nacional.

Por exemplo, vocês estão atentos para a estranha circunstância de que a Library of

PLANEJAMENTO BIBLIOTÉCARIO NOS ESTADOS UNIDOS

Congress, não é, em termos oficiais, a Biblioteca Nacional; ela não pode obrigar o uso de suas fichas, seus sistemas ou seus serviços. Porém, pouco a pouco, bibliotecas independentes descobrem o valor de se juntarem ao clube, e a Library of Congress torna-se uma espécie de árbitro e líder não oficial, devido à sua aceitação voluntária. Então, agora, quando a Library of Congress anuncia que irá adotar as Regras de Catalogação Anglo-Americana 2, ou planeja fechar seu catálogo a partir de determinada data, as bibliotecas por todo o país acham-se envolvidas nas conseqüências de tais decisões. O grande debate começa: algumas bibliotecas pretendem seguir o exemplo da Library of Congress; algumas resistem, algumas querem esperar para ver como ela funcionará antes de se comprometerem, ou estão desejosas de segui-la como um experimento, guardando porém seus próprios catálogos por vários anos como um sistema de segurança até que todas as coisas que poderiam sair errado sejam identificadas e — com sorte — corrigidas. Quando há muita incerteza, muitos bibliotecários americanos hesitam em se comprometerem a uma única solução, sem se proverem de uma válvula de escape, só para o caso de necessidade. Quando a cooperação é voluntária, os meios de escape são muito mais prováveis de estarem disponíveis, do que quando a cooperação é obrigada por lei.

Na verdade, o governo federal tem-se envolvido e tem também influenciado os recentes desenvolvimentos bibliotecários. Isto vem acontecendo na mesma forma tentativa, evolucionária, contando muito menos com a imposição do governo do que com o consentimento e demanda do governado. Como eu havia dito, o suporte financeiro através de taxas tem sido tradicionalmente local ou estadual e tem sido facultativo. A primeira grande infusão de fundos federais para o suporte de serviços bibliotecários não veio até 1956, com a aprovação do Ato de Serviços Bibliotecários, e sua ênfase era tentar ajudar as bibliotecas públicas pequenas e de zona rural a alcançar algum tipo de paridade com os serviços bibliotecários básicos disponíveis nas grandes bibliotecas dos centros urbanos. Tentativas básicas para igualar o acesso já têm levado à criação de “sistemas” pré-computarizados que eu mencionei anteriormente, no qual bibliotecas estaduais começam a assumir a responsabilidade de coordenação e supervisão numa cobertura estadual racionalizada, para substituir as muitas bibliotecas sem coordenação, cada qual servindo a sua própria comunidade, distrito escolar ou rural. Catálogos coletivos formaram uma personificação simbólica da idéia de que todos os recursos bibliotecários do estado, eram realmente propriedade de todas as pessoas do estado; carros-biblioteca, bibliotecas ramais e serviços multi-comunitários foram os primeiros passos que levaram a amplas extensões: serviços multi-estaduais e multi-regionais, os quais demonstrando o seu valor, levariam a um sistema ideal de abrangência nacional (ainda não alcançado).

Foi na década de 30, um período de séria depressão econômica que Carleton B. Joeckel, em seu livro *Government of the American Public Library* questionou, em 1934, a importância de grandes unidades de serviços e a responsabilidade do Estado pelo serviço bibliotecário local. Mas lembre-se que naqueles dias, o “Estado” não significava governo federal, mas os governos de cada um dos estados operando independentemente e focalizando as necessidades locais mais do que as nacionais. Mais tarde, em 1948, Joeckel publicou com Amy Winslow o livro intitulado *A National Plan for Library Service*, introduzindo o termo de pensamento dos bibliotecários. Seu plano, entretanto, era simplesmente uma acumulação de sistemas estaduais que levariam a um mecanismo para tomar a informação acessível para todos; ele ainda não era um plano de controle central numa única agência do governo federal. A abertura inicial veio com o primeiro Ato de Serviços Bibliotecários, em 1956. Em 1964 o Ato foi consideravelmente estendido e ampliado para dar assistência às bibliotecas municipais, à construção de bibliotecas e a uma variedade de outros aspectos de um serviço bibliotecário global. Outra legislação bibliotecária seguiu-se em rápida sucessão: apoio para as bibliotecas escolares e infantis, apoio à educação bibliotecária; uma variedade de títulos e atos apareceram, através dos quais bibliotecários podiam buscar fundos federais para projetos que viessem melhorar seus serviços de atendimento a todas as pessoas. Num país e numa profissão caracterizada pela sua resistência

LESTER ASHEIM

à interferência governamental, houve de repente uma demanda cada vez maior pelo apoio do governo. Mas a chave para o desembolso de tal suporte estava ainda baseada no conceito de que o governo supriria o dinheiro, usualmente através da biblioteca estadual para serviços de toda espécie, mas deixando para o nível local e profissional a decisão sobre como gastar o dinheiro. Este é o tipo de intervenção que nós gostaríamos: muito dinheiro sem cordões atados.

Mas muito dinheiro sem cordões atados pode ser uma expectativa muito ingênua. Mesmo durante o período de maiores recursos federais e a mínima supervisão governamental, havia bibliotecas e até mesmo estados que recusavam o suporte governamental porque temiam, o que inevitavelmente viria com ele, a interferência do governo. Os americanos compartilham do dito popular brasileiro que diz “Quem paga, manda”. E na verdade, pode-se admitir que o governo começou a introduzir condições para a concessão de seus fundos e a requerer uma contabilidade de como estes estavam sendo empregados. Ainda assim, comparado a muitos sistemas que contam com o apoio governamental, o sistema americano era muito tolerável. As bibliotecas estaduais eram designadas para serem agências através das quais os fundos federais seriam alocados nas bibliotecas públicas e escolares, portanto eram padrões locais que prevaleciam no planejamento dos serviços estaduais, mais do que uma autoridade nacional, distante e central. Planos estaduais para uso de fundos federais variaram enormemente, e eram baseados nas necessidades expressas e nos interesses dos bibliotecários locais. A idéia de padrões sem padronização foi surpreendentemente bem preservada dentro dos sistemas de financiamento federal.

O governo federal não limita suas preocupações com relação à bibliotecas, somente às bibliotecas não federais. Há mais de 2300 bibliotecas que apoiam agências federais específicas; a despeito de alguns esforços cooperativos entre muitas delas, elas não estão ainda organizadas em rede formal. Portanto, mesmo dentro do próprio sistema de bibliotecas federais, nós não temos um modelo centralizado de planejamento nacional.

Há sim, no governo federal, vários departamentos que mantêm o controle bibliográfico de relatórios técnicos em seus campos e propicia a disseminação deles, porém cada um desses serviços foi estabelecido independentemente para servir a sua missão em particular ou a área de interesse de sua clientela, e não existe uma política consistente, nem um conjunto de padrões e nenhuma coordenação entre eles. Exemplos familiares a todos são o ERIC (The Educational Resources Information Center) e o NTIS (The National Technical Information Service) entre outros.

É difícil abrir caminho através desta selva de siglas que os bibliotecários de todo lugar, e não menos nos Estados Unidos, parecem criar como uma linguagem privada entre eles. Um dos problemas de descrever um sistema americano a pessoas não profundamente envolvidas nele (mesmo dentro do nosso próprio país) é que uma sigla de alguma forma soa como algo oficial ou governamental. Como explicar a alguém acostumado a MEC que EDUCOM não é uma agência governamental, mas um grupo de administradores independentes no campo da educação, ou que CLR é uma fundação que depende primeiramente de fontes de doação privadas, com somente suporte ocasional vindo das agências financiadoras do governo? Até a Comissão Nacional de Biblioteca e Ciência da Informação

(“NCLIS”) que foi estabelecida dentro de um ramo executivo pelo Ato do Congresso, em 1970, é uma agência independente que não tem poder para operar programas ou impor suas recomendações, mas funciona simplesmente como um comitê de assessoria do governo, encarregada de *recomendar*, e não de obrigar ou impor, planos para uma política nacional. Ela pode tentar persuadir, mas não poder requerer. Ainda NCLIS é o que de mais perto temos de um planejamento nacional — e certamente suas recomendações movem-nos para mais perto de um plano, de tudo o que vimos antes.

Na verdade, a razão de se criar tal corpo de assessoramento nacional foi especificamente a de direcionar a um planejamento a longo prazo a fim de “assegurar para a nação, um

PLANEJAMENTO BIBLIOTECÁRIO NOS ESTADOS UNIDOS

sistema bibliotecário efetivo e eficiente”. Ele cresceu das reações dos bibliotecários de todo o país contra as recomendações feitas em 1965 pelo Comitê sobre Informação Científica e Técnica (COSATI) que estava somente preocupado com sistemas de manuseio de documentos nacionais em ciências e tecnologia. Os bibliotecários protestaram devido ao seu enfoque muito limitado e que as necessidades totais de informação deveriam ser dirigidas para cobrir todas as áreas e não apenas as ciências. Houve vários comitês e comissões intervenientes até que o NCLIS definitivo foi estabelecido, dirigindo sua atenção a este objetivo mais amplo.

Um importante aspecto do ato que estabelece o NCLIS é que enquanto não se pode afirmar ter sido formulado um plano nacional, ele expressou a primeira declaração para uma política nacional: “O Congresso por meio deste afirma que bibliotecas e serviços de informação adequados a satisfazer às necessidades das pessoas dos Estados Unidos são essenciais para o alcance dos objetivos nacionais e para utilizar mais efetivamente os recursos educacionais da nação, e que o governo federal irá cooperar com os governos estaduais e locais e as agências públicas e privadas para assegurar a provisão ótima de tais serviços”. É interessante e típico que mesmo com tão forte mandato o NCLIS coloca seus propósitos muito cuidadosamente para assegurar que o sistema coordenado e centralmente controlado que é proposto não deve ser monolítico, autoritário ou rígido. O plano é uma confederação flexível e voluntária de sistemas de informação, em todos os níveis—federal- multi-estadual— local e privado — baseado na autonomia local e o máximo grau possível de auto-determinação. À declaração do “Goals for Action” do NCLIS é clara e eu cito de seu relatório: “O governo federal não forçará nenhuma biblioteca ou serviço de informação a se filiar a rede, mas ele irá prover auxílio técnico e incentivos financeiros aos governos estaduais e ao setor privado para fortalecer suas condições de se filiarem... Primeiramente, a formação da rede deverá ocorrer organizacionalmente através de acordos formais ou relacionamento contratual entre grupos de bibliotecas e outros serviços de informação. Posteriormente, o governo federal fornecerá incentivos financeiros e outros aos estados e ao setor privado, a fim de permitir-lhes alcançar uma interconexão de trabalho.”

A sensibilidade americana à interferência governamental é claramente refletida naquela declaração. O próprio NCLIS esforçou-se para evitar a aparência de uma proposta unilateral. Foram solicitadas críticas de todos os segmentos da sociedade, usuários tanto quanto bibliotecários e a todo tipo de biblioteca ou agências de informação, á esta primeira versão do plano. Reuniões nacionais e regionais foram feitas antes das audiências gerais e a discussão de base foi encorajada; cartas foram solicitadas e mais de 500 foram recebidas e cuidadosamente revistas. Como eu sugeri anteriormente, este é um método de operação muito lento e as reclamações e sugestões eram muito específicas e limitadas. Porém tal levantamento da opinião geral serve para identificar áreas de discórdia, e num plano que para seu sucesso conta com a cooperação voluntária, é altamente importante identificar e remediar tais tensões no início. Há, naturalmente, uma outra proposta: tal discussão ajuda a divulgar o plano e envolve um grande segmento daqueles que serão afetados. Onde a opinião pública e a aprovação desempenham papel importante para influenciar decisões governamentais, este tipo de relações públicas é essencial para o eventual sucesso de qualquer plano.

As fraquezas e dificuldades deste “laissez faire” — mesmo quando o objetivo é alcançar os benefícios de um sistema coordenado e controlado centralmente, são bem ilustrados em nosso sistema presente, ou talvez, mais precisamente — *falta de sistema*, através do qual a automação de operações está sendo incorporada nos serviços bibliotecários americanos. Nós temos como vocês sabem, vários sistemas diferentes e em competição, dos quais um dos maiores e de maior influência é o Ohio College Center (OCLC) que começou a operar no início da década de 70.

Caracteristicamente, ele começou como sistema servindo somente as maiores bibliotecas no estado de Ohio, hoje ele serve perto de 1000 bibliotecas em quase todos os estados da União,

LESTER ASHEIM

mais o Distrito de Columbia. O que ele fornece, com graus diferentes de sucesso, soma a vários sub-sistemas: 1) um catálogo coletivo em Unha e um sistema de catalogação; 2) um sistema de comunicação para empréstimo interbibliotecário; 3) controle de periódicos; 4) processamento técnico, com ênfase inicial em aquisição; 5) acesso à distância a catálogos pelos usuários, e controle de circulação e 6) acesso por título e assunto. A base de dados consiste dos registros MARC II da Library of Congress e os insumos de todas as bibliotecas participantes.

Sob o aspecto de catalogação em comum, mais de meio milhão de títulos estão sendo catalogados anualmente, e do qual fichas catalográficas são produzidas. Quão rapidamente a operação da OCLC está crescendo é mostrado drasticamente em seus relatórios anuais: em 1975 mais de 500 bibliotecas participantes; em 1976 mais de 750; em 1977 mais de 900 e o número de fichas catalográficas produzidas e o número de estados envolvidos demonstram crescimento correspondente.

Mas, neste meio tempo, outros sistemas foram e estão sendo desenvolvidos. Por uma série de razões, diferentes abordagens e variações são favorecidos por algumas bibliotecas que buscam encontrar ou desenvolver um sistema que melhor atenda às suas necessidades. Em 1968, a Universidade de Chicago começou a operar o complexo "Library Data Management System" somente para seu próprio uso interno. A Universidade de Stanford desenvolveu em meados de 1970, uma rede em linha chamada BALLOTS (Bibliographic Automation of Large Operations using a Time Sharing Systems) para apoiar e melhorar seus serviços — e por extensão, o de outras bibliotecas da Califórnia. O Washington Library Network (WLN) é uma agência do governo do estado (Chicago e Stanford são universidades particulares) que fornece serviços em rede à bibliotecas públicas e privadas do estado de Washington e estados vizinhos no noroeste americano. Em cada uma desses casos o sistema começou com um caráter puramente local ou regional, tem agora suficientemente demonstrado seu valor para atrair um grupo maior, e então entrar em competição com a OCLC como um serviço a nível nacional e não apenas uma operação interna local. Portanto, um grupo das melhores bibliotecas especializadas chamado Research Libraries Group (RLG) anunciou que ele prefere o Washington Library System ao OCLC e assinou um acordo para compartilhar a base de dados e firmar com ele projetos cooperativos. Enquanto isto, Harvard anunciou que está saindo da OCLC em favor do Sistema BALLOTS da Stanford. Quando um acervo conceituado se retira de um sistema o valor do sistema é reduzido e as outras bibliotecas são forçadas a repensar sobre a continuação de sua participação nele. O recentemente inaugurado sistema da Universidade de Chicago tem sido

PLANEJAMENTO BIBLIOTECÁRIO NOS ESTADOS UNIDOS

extensivamente pesquisado e testado; é possível que ele se tome outro importante competidor na corrida para um sistema nacional.

Eu não tentaria nem mesmo explorar os numerosos sistemas regionais que copiam ou que estão ligados ao OCLC ou a outro serviço para o usuário, que fornece uma sólida base de dados para uma região geográfica. Mais uma vez nós estamos nadando numa consistente sopa de siglas; NELINET (New England Library Network), SOLINET (Southern Library Network) etc. etc. Muitos desses sistemas cresceram de projetos estaduais de bibliotecas que se agruparam ou expandiram, criando uma estrutura de abrangência mais ampla.

De um certo modo, os desenvolvimentos dentro dos Estados Unidos ilustram uma estrutura nacional mais do que internacional, as intenções de esquemas como NATIS e CBU para constuir sistemas bons e efetivos em diferentes países e então tentar desenvolver um esquema cooperativo entre eles, que irá representar uma rede internacional. O plano global será maior do que a soma de suas partes, porém a menos que cada um deles alcance um certo padrão de efetividade, o esquema todo será enfraquecido. O muito apreciado processo de “laissez-faire”, nos Estados Unidos, possibilita a experimentação, teste e competição, onde as partes individuais podem ser desenvolvidas para um alto padrão de efetividade. Quando eles são suficientemente bons eles se agrupam e influenciam outros, fundindo vários sistemas pequenos em um sistema maior. O ideal é que este tipo de competição leve à sobrevivência daquele que melhor se adapte, alimentado pela necessidade de satisfazer clientes e usuários, que podem comprar e comparar. Se, no clima americano que eu aqui descrevi, nós esperamos a aceitação de um único e perfeito esquema universal, as várias opções no momento disponíveis, não foram desenvolvidas. Alto custo? Sim; Desperdício? Talvez; Repetitivo e duplicativo? Sem dúvida. Porém ao mesmo tempo temos muitas das vantagens de um plano nacional sem termos o trauma psicológico de admiti-lo.

Enquanto isso, outros dois debates relativos a aspectos de um plano nacional estão em progresso nos Estados Unidos.

Uma proposta em bases bem realistas e específicas tem a ver com o estabelecimento do Centro Nacional de Periódicos (NPC). O plano geral visa uma coleção centralizada de periódicos diretamente acessível às bibliotecas de todo o país; um procedimento uniforme de canalizar os pedidos de material e monitorar o desempenho do centro; e o desenvolvimento pelo NPC de um meio de identificar títulos e coleções para os quais o centro pode oferecer acesso. Porém há questões sobre o preço do serviço, sobre o cumprimento das taxas de direitos autorais e outras obrigações, sobre a melhor localização do centro, sobre quem e qual tipo de material deve servir e muitos outros detalhes no sistema de disseminação. Quando eu parti dos Estados Unidos o estabelecimento do Centro Nacional de Periódicos parecia ter definitivamente sucumbido. Pensa-se que seria difícil questionar, como o fazem alguns bibliotecários e muitos editores, que tal serviço pode não funcionar, quando os ingleses já demonstraram que pode. Sem dúvida, o sucesso britânico foi um importante fator que levou tal proposta para os Estados Unidos. Porém é possível questionar se

um serviço de tal forma concebido pode vir a não funcionar da mesma forma nos Estados Unidos.

Outro argumento é sobre a declaração de uma Política Nacional de Informação delineada por um comitê especialmente eleito na American Library Association. O objetivo global desta declaração parecia ser algo muito semelhante aos capítulos introdutórios da declaração “Goals for Action” do NCLIS - exceto que o NCLIS está tentando desenhar um processo prático que irá garantir o acesso em escala nacional à toda a informação, enquanto a declaração da ALA é claramente um exercício retórico de princípios ideais em que se deve basear o plano. Como de costume, a declaração provisória foi colocada antes, para todos os segmentos da profissão bibliotecária (não somente a ALA), para comentários e críticas — e eles foram, especialmente os dos bibliotecários especializados e de pesquisa, devastadores. Se as críticas forem

LESTER ASHEIM

consideradas, será uma boa política que a ALA não tenha poderes para obrigar a adesão às suas diretrizes. Uma outra declaração está sendo desenvolvida em resposta a muitas críticas, e eu imagino que este foi o tópico de discussão da conferência anual da ALA, que foi realizada no início deste mês de agosto.

A despeito de toda a tolice, a tentativa de tal declaração é extremamente importante, porque ela reconhece a diferença que existe entre os serviços prestados por qualquer uma das bibliotecas, e o tal dos serviços bibliotecários disponíveis através da combinação de todas as bibliotecas do país. Nos Estados Unidos — e eu tenho visto isto também no Brasil — há uma tendência de cada bibliotecário definir serviços bibliotecários somente em termos de sua própria biblioteca. Não há nada de errado com uma biblioteca especializada que concentra seus esforços em atenção às necessidades específicas daquela clientela — o que é infeliz do ponto de vista nacional, é que todo serviço bibliotecário seja delineado tendo apenas aquele grupo de usuários em mente. Isto é a razão porque um “sistema nacional”, “um plano nacional” uma “agência coordenadora central” são tão frequentemente clamados: alguma agência tem que estar preocupada com bibliotecas (no plural), não apenas com a *minha* biblioteca ou a *minha* clientela. Mas, se os bibliotecários podem desenvolver este senso profissional tanto quanto desenvolvem para uma instituição isolada, é possível que um “sistema nacional formal” possa ser desenvolvido sem um controle centralizado ou autoritário. O que é preciso — e é o que algumas de nossas escolas de biblioteconomia nos Estados Unidos estão tentando produzir — são bibliotecários praticantes — e depois bibliotecários para bibliotecas públicas, infantis e acadêmicas; primeiro bibliotecários depois catai ogadores, bibliotecários de referência, cientistas de informação. Cooperação pode frequentemente funcionar Onde há a atitude de cooperar, sem ela eu duvido ser a cooperação um objetivo alcançável. Eu concordo com Maurice Line, que a cooperação é uma das possibilidades a serem consideradas como base para um sistema nacional, mas não é a única, e em muitos casos não há nenhuma solução.

Eú não estou defendendo que a abordagem americana seja adotada como modelo para outros países. Neste sentido eu os estou alertando contra isso, a menos que certas circunstâncias estejam presentes. Ela gera muita duplicação; e neste sentido ela é ineficiente acima de tudo, embora frequentemente eficiente em suas partes individuais. Duplicação, naturalmente, é cara, mas porque nossa situação era boa e nós sentíamos que podíamos arcar com o seu custo. Nós éramos como a firma do rico industrial, descrita por John Gray, que não se importava com o alto custo contanto que se obtivesse o que se queria. Hoje porém, nós estamos cada vez menos certos de que podemos sustentar tal luxúria por muito tempo. Tanto que há muito mais conversas sobre uma rede nacional e muito mais movimento nesta direção. Onde planos nacionais, supervisão governamental, autoridade centralizada pode ser efetiva, nosso sistema pode introduzir atrasos desnecessários ou mesmo interferência no alcance dos objetivos.

Minha proposta, portanto, era simplesmente relatar sobre meu tópico “Planejamento Bibliotecário nos Estados Unidos”. Nós o temos? Bem, em resumo eu suponho que a resposta deva ser sim e não, ou então o familiar dito brasileiro — mais ou menos. Tudo

depende de seu ponto de vista naturalmente, porém do ponto de vista dos americanos nós gostamos de pensar que para nosso país, com suas tradições e suas dificuldades singulares, os resultados, a despeito do incômodo processo, tem sido mais “mais” que “menos”.

In the United States there are a varied number of plans at national level being developed, but no one can be considered a National Plan, due to natural American resistance to centralization and external control. The Farmington Plan, now being replaced by the National Program of Acquisition and Cataloguing of the Library of Congress and the MARC System are examples of the cooperation leading a group of libraries to form voluntary and

flexible networks. The National Committee of Library and Information Science recommends the plans to a national policy and it is the nearest we have to a national planning scheme. Systems like the Ohio College Center (OCLC), Library Data Management System of the University of Chicago, the Bibliographic Automation of Large Operation using Time Sharing Systems (BALLOTS), The Washington Library Network (WLN), the New England Library Network (NETLINET), Southern Library Network (SOLINET) are some of the systems that come from State projects and now they operate in much larger basis.